

Orlando não divulga valor de áreas, mas parcela pagamento

Projetos que tratam da venda de terrenos do Paço permitem ao comprador pagar em até 24 vezes, mas não apresentam o preço mínimo

ARTUR RODRIGUES
arturrodrigues@dgabc.com.br

Apresentados e retirados da pauta da Câmara no último dia 5, os projetos do prefeito Orlando Morando (PSDB) que propõem a venda das áreas onde estão as secretarias da Educação e de Serviços Urbanos são omissos quanto aos valores pelos quais os dois terrenos seriam negociados. No entanto, as propostas do Executivo deixam bem claro que os compradores, caso as matérias tenham aval dos parlamentares, poderão parcelar os valores em até 24 prestações.

O **Diário** teve acesso aos projetos e constatou a ausência de preços e a garantia do parcelamento. "O valor mínimo para a alienação dos projetos descritos no parágrafo único do art. 1º desta lei não poderá ser inferior ao valor do laudo de avaliação a ser elaborado por engenheiro técnico especializado ou do valor venal atribuído, o que for maior", estabelecem os projetos.

No parágrafo seguinte, mesmo sem revelar o preço mínimo, o Executivo garante que "o pagamento correspondente à aquisição dos imóveis poderá ser efetuado à vista ou em até 24 parcelas mensais".

De acordo com informações, o preço inicial seguiria o valor de mercado, que estaria em R\$ 3.000 por metro quadrado. Dessa forma, o terreno da Secretaria da Educação, que tem 27.479,47 metros quadrados, teria valor inicial de cerca de R\$ 82,4 milhões. Já o espaço ocupado pela Secretaria de Serviços Urbanos, com área de 25.068 metros quadrados, custaria inicialmente R\$ 75,2 milhões.

Mesmo com a retirada dos projetos da pauta da Câmara, nos corredores do Legislativo o que se comenta é que já há interessados do setor da construção civil na compra dos terrenos. Segundo apurou o **Diário**, a Prefeitura não desistiu das propostas.

Caso o Executivo realmente siga adiante com as propostas, o comprador poderá pagar pelos espaços até após o mandato de Orlando Morando, que se encerra ao fim de 2024. Obras inacabadas e dívidas deixadas pela gestão de Luiz Marinho (PT) foram alvo de críticas de Orlando.

Grande parte dos 28 vereadores se opôs aos projetos, o que causou surpresa no Executivo. Além dos parlamentares de oposição, integrantes da própria base do governo se posicionaram contra as propostas de Orlando e esperam maiores esclarecimentos por parte do Executivo.

"Não há uma justificativa plausível para essas vendas. São prédios antigos, situados em áreas nobres da cidade. Se isso não for para especulação imobiliária, eu não sei para o que seria", declarou o vereador Julinho Fuzari (PSC).

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** 3